



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



**Pesquisa de campo de assentamentos precários classificáveis
como núcleos urbanos informais:
Desafios, achados e recomendações**

Cleandro Krause

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Rosana Denaldi

Professora Associada da Universidade Federal do ABC

Cátia Wanderley Lubambo

Pesquisadora Titular da Fundação Joaquim Nabuco

Heleniza Ávila Campos

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Raquel de Mattos Viana

Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro

RESUMO GERAL

Esta proposta constitui um desdobramento de uma Sessão Livre apresentada no XIX ENANPUR, que teve foco em contribuições metodológicas gerais produzidas pelo projeto “Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil”. A pesquisa, desenvolvida entre 2019 e 2021, foi coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e realizada em parceria com pesquisadoras e pesquisadores de instituições de distintas regiões do país: Universidade Federal do ABC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Fundação Joaquim Nabuco e Fundação João Pinheiro.

A Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil, adiante referida como “Pesquisa NUI”, juntou-se a outros esforços anteriores, que buscaram enfrentar desafios inerentes à complexidade dos assentamentos precários, à limitação de dados e às dificuldades para sua descrição, por meio do desenvolvimento de novas metodologias para ampliar o conhecimento existente, auxiliar na identificação das áreas, na definição de tipologias e classificação de assentamentos e/ou na coleta de informações adicionais para sua caracterização (MARQUES, 2007; CIGABC, 2016; CDHU, UFABC, 2019; MORAIS et al., 2016). As abordagens metodológicas utilizadas adotam estratégias distintas, que incluíram a construção de modelos de classificação e mapeamento participativo, bem como levantamentos em campo e junto a técnicos e gestores de prefeituras municipais.

A relevância desses esforços incrementais deve-se à escassez de levantamentos locais adequados, seja pela ausência de recursos e/ou limitada capacidade técnica dos municípios. Por sua vez, as informações coletadas pelo Censo Demográfico são frequentemente utilizadas como referência para o diagnóstico do problema no país. No entanto, apesar de sua indiscutível relevância e cobertura, os dados censitários apresentam limitações. Sabe-se que os dados dos aglomerados subnormais, um dos produtos da operação censitária comumente adotado na representação de favelas e assemelhados, subdimensionam a presença desses assentamentos e apresentam qualidade variável a depender da região (MARQUES, 2007; CIGABC, 2016). Além disso, sua delimitação dá-se com anterioridade à operação censitária propriamente dita, levando em consideração, inclusive, critérios que não estarão presentes entre as variáveis a serem pesquisadas posteriormente junto a cada domicílio.

Assim, para além dos problemas inerentes à identificação e delimitação dos assentamentos pelo Censo Demográfico, que estiveram presentes desde o primeiro levantamento de favelas realizado no Rio de Janeiro (IBGE, 1953), os indicadores obtidos a partir do Censo são insuficientes para caracterizar aspectos relevantes da precariedade habitacional, incluindo características do tecido urbano e qualidade ambiental dos assentamentos, condições de insegurança e insalubridade das edificações, existência de gravames ambientais e suscetibilidade a riscos, bem como qualidade da infraestrutura e acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos.

Recentemente, um novo problema foi adicionado à identificação e delimitação dos assentamentos precários, na forma dos “núcleos urbanos informais”, termo introduzido pela Lei Federal n. 13.465/2017, que atualizou as definições e procedimentos para a regularização fundiária urbana. Segundo a Lei, núcleo urbano informal (NUI) é “aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda

que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização”. É sobre os NUIs ocupados por população de baixa renda que serão aplicados os instrumentos de regularização fundiária urbana de interesse social, ou Reurb-S, também presentes na mesma lei.

Ocorre que a definição legal de NUI é vaga e imprecisa, não fazendo nenhuma referência a limites de densidade demográfica, características do traçado viário ou existência de infraestrutura urbana, fatores que definiriam o grau de consolidação desses assentamentos, conforme estavam no marco legal anterior, da Lei Federal n. 11.977/2009, cujo capítulo sobre regularização fundiária urbana foi inteiramente revogado pela lei mais recente.

Haveria, portanto, poucas determinações de partida para uma pesquisa sobre NUIs, que poderia se desenvolver de modo flexível, apenas tendo em conta que essa categoria se refira a áreas elegíveis a uma política pública de regularização fundiária, e prevendo-se que ela se molde às características locais da realidade dos assentamentos precários espalhados pelo país. Para as finalidades desta pesquisa, para ser considerado NUI, foi suficiente que, além de ser ocupado por população de baixa renda, assim definida pelo poder executivo municipal, o assentamento em tela tivesse alguma precariedade, em qualquer grau, seja referente à urbanização, às infraestruturas ou às edificações.

A pesquisa foi conduzida para uma seleção de áreas, denominadas polos, constituídas por agregações de Regiões Geográficas Imediatas (RGI) que abrangessem, no mínimo, os limites das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, além da área metropolitana de Brasília. Buscando a maior diversidade possível, a seleção das áreas incluiu ao menos um polo por grande região do país, tanto em localizações litorâneas como no interior, e contemplando distintos biomas, razão para a inclusão de Marabá (Amazônia) e Juazeiro do Norte (Caatinga/Semiárido) na pesquisa.

Em conjunto, os seis polos abrangeram 157 municípios onde havia, conforme o Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 5,5 milhões de domicílios particulares permanentes (9,6% do total do país). Foram caracterizados 4.968 NUIs, nos quais estimou-se a existência de 1.486.725 domicílios, o que corresponde a 27% do total de domicílios nessas regiões, sendo que essa proporção variou entre 48% no Polo Recife e 14% no Polo Porto Alegre (KRAUSE et al., 2022).

A área total ocupada pelos NUIs alcança 78.947 ha, enquanto os 1.569 aglomerados subnormais do IBGE existentes nos mesmos municípios em 2019 cobrem 31.173 ha. Além do subdimensionamento do dado disponibilizado pelo IBGE, já referido, o maior número de NUIs e sua maior área ocupada também foram esperados, uma vez que a Pesquisa NUI tem maior flexibilidade na definição das áreas precárias consideradas, incluindo áreas de extensão urbana e núcleos isolados de natureza urbana. Além disso, enquanto os aglomerados subnormais privilegiam a representação de NUIs do tipo favela ou ocupação espontânea (FEITOSA et al., 2022), outras tipologias de assentamentos precários ganharam destaque na pesquisa realizada, caso, especialmente, dos loteamentos irregulares e/ou clandestinos.

Os resultados da pesquisa, recentemente publicados, serão trazidos à Sessão Livre, constituindo seu objetivo geral, o de apresentar e discutir os principais achados empíricos e desenvolvimentos metodológicos do eixo físico-territorial da Pesquisa NUI, bem como as limitações encontradas. Os objetivos específicos da Sessão Livre são:

(i) apresentar e discutir a metodologia da pesquisa de campo, conforme realizada, inclusive suas limitações, e propor recomendações para futuras expansões;

(ii) apresentar um quadro geral dos NUIs nos polos da pesquisa, sua caracterização e estimativas quantitativas;

(iii) detalhar os procedimentos da pesquisa de campo, compreendendo a experiência do contato e da coleta de informações junto às prefeituras municipais, informações sobre as ações locais de regularização fundiária e, também, o modo como os próprios pesquisadores de campo pensam terem sido percebidos por parte dos informantes nos municípios;

(iv) discutir análises das especificidades e da diversidade local dos NUIs em cada polo, associando sua formação aos processos de produção do espaço urbano e regional.

Os dois primeiros objetivos específicos serão desenvolvidos fazendo-se referência à Pesquisa NUI como um todo, tema das duas primeiras apresentações. Os demais objetivos específicos, por sua vez, remeterão à experiência da pesquisa de campo nos três polos metropolitanos com maior presença de NUIs e maior número de domicílios em NUIs: Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte.

1. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS

Cleandro Krause

Será apresentada uma síntese da Pesquisa NUI como um todo, em suas dimensões físico-territorial e jurídico-fundiária, do modo como foi realizada entre 2019 e 2021, em municípios polarizados por Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Marabá e Juazeiro do Norte. Será analisado o conjunto de municípios que foram pesquisados, de modo a ponderar limitações e potencialidades da metodologia empregada, bem como propor recomendações para expansões da pesquisa.

Inicialmente, quanto aos contextos encontrados, enumeram-se: a pandemia de Covid-19 e as eleições municipais de 2020, com as decorrentes dificuldades de realizar visitas de campo e de disponibilidade dos representantes municipais para auxiliar a coleta e validação dos dados locais; a constatação do baixo grau de desenvolvimento institucional de boa parte dos municípios pesquisados e a ausência de dados sistematizados; e o enfrentamento de situações territoriais muito heterogêneas, com um universo vasto de núcleos urbanos informais.

Uma apresentação do método desenvolvido inclui: a descrição do levantamento de material de apoio à pesquisa de campo; a identificação de representantes municipais (prefeituras e instituições locais); o mapeamento dos NUIs junto aos representantes municipais; a caracterização dos NUIs, mediante o preenchimento de formulário padrão, baseando-se em informações verbais dos técnicos municipais, leitura de imagens de satélite e consulta a mapeamentos específicos; a estimativa do número de domicílios segundo método híbrido, com levantamento de dados locais e complementação com

estimativa a partir de dados secundários; e a revisão e sistematização das informações em um banco de dados.

Por fim, as alternativas propostas para pesquisas futuras, que busquem ampliar o conhecimento sobre a precariedade habitacional em contextos mais amplos e diversos, dividem-se em dois aspectos: avanços recomendáveis para a pesquisa de informações físico-territoriais; e melhorias no instrumento de pesquisa utilizado.

Quanto ao primeiro, propõe-se refinamento da discussão conceitual das formas pelas quais se manifesta a precariedade urbana e habitacional; especificamente, quais os limiares do que deve ser ou não considerado precário? Como possível solução, propõe-se definir composições de carências e inadequações, distinguindo-se um “precário nacional” de um conjunto de “precários por tipologia de municípios”. Ainda, as expansões poderiam incluir características do tecido urbano (CDHU; UFABC, 2019) e/ou uma tipologia indicadora das ações necessárias sobre o território (CIGABC, 2016).

Quanto ao segundo aspecto, melhorias no instrumento de pesquisa, propõe-se: prevenir juízos de valor que podem se dar sobre informações categóricas, o que inclui ter atenção a termos como “infraestrutura adequada”, que, referida a uma plenitude de serviços, pode conotar que essa seria uma situação ideal e desejável, não necessariamente coadunando com a sustentabilidade ambiental. Outras limitações a serem enfrentadas incluem: a impossibilidade de captar relações sociais internas (presença de conflitos nos assentamentos, por exemplo), apenas com uso de definições puramente geométricas de contiguidade ou distanciamento; e a dificuldade de captar, mediante ferramentas baseadas em imagens de satélite, o adensamento e a verticalização dos assentamentos, uma vez que o exame da dinâmica imobiliária exige verificação in loco.

2. UMA SÍNTESE DOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NOS POLOS DE BRASÍLIA, BELO HORIZONTE, RECIFE, PORTO ALEGRE, MARABÁ E JUAZEIRO DO NORTE

Rosana Denaldi

Será apresentada uma síntese das informações físico-territoriais obtidas em pesquisa de campo. As informações estão consolidadas em grupos de municípios segundo seu porte populacional.

Além da localização e dimensão dos NUIs nos seis polos, serão apresentadas as principais características dos núcleos mapeados, em 15 variáveis de análise, com classificações em categorias referentes a, entre outras: tipo; porte; localização (inserção) em relação à malha urbana; início de risco; inserção em áreas ambientalmente protegidas; traçado urbano; e infraestrutura urbana básica.

Quanto ao tipo de NUI, foram utilizadas categorias elaboradas pela Política Nacional de Habitação, sendo mais numerosos os NUIs do tipo favela ou ocupação espontânea e tendo, a seguir, os loteamentos irregulares ou clandestinos como segunda categoria mais frequente, de modo geral, mas que predominou nos grupos de municípios de até 100 mil habitantes; nessa faixa populacional, também ganharam relevância os NUI dos tipos distrito ou povoado.

As faixas de porte dos NUIs buscaram dialogar, entre outros, com intervalos associados aos aglomerados subnormais (mais de 51 domicílios) e com o recente programa de regularização fundiária e melhoria habitacional do Ministério do Desenvolvimento Regional (100 a 700 domicílios); constatou-se que a faixa com maior número de NUIs está neste último intervalo, o que também vale para o número de domicílios em NUIs (36%); por sua vez, há um grande número de domicílios em NUIs nas faixas de porte superior àquele intervalo (somando 58%), que não seriam elegíveis a tal programa.

A maioria dos NUIs está completamente inserida na malha urbana (ou seja, sua localização não é periférica ou isolada), o que é tão mais frequente quanto maior o porte populacional dos municípios. Por outro lado, a maioria também registrou alguma dessas situações: suscetibilidade média ou alta a movimentos de massa (deslizamentos), indícios de situação de risco, presença de áreas protegidas ou de APP hídrica; os municípios de mais de 300 mil habitantes se destacam em relação aos demais grupos, pelas maiores frequências; chama-se ainda atenção à presença de APP hídrica em aproximadamente metade dos NUIs em todos os grupos.

As categorias relativas ao traçado urbano foram baseadas na presença de traçado viário regulador, que tende a ser mais frequente quanto menor é o porte dos municípios. Quanto à infraestrutura urbana, há uma predominância de infraestrutura parcial em municípios de todos os portes, com incidência relativamente maior de infraestrutura adequada em municípios de mais de 300 mil habitantes.

Também será apresentado um ensaio de seleção de NUIs que, pelas características pesquisadas, estariam em condições mais favoráveis à regularização fundiária, baseando-se em traçado urbano, conformação dos lotes, inexistência de restrições ambientais e presença de infraestrutura urbana. Revela-se a proporção de núcleos que demandariam investigações mais aprofundadas ou intervenções físicas antes de sua regularização. Objetiva-se, assim, apresentar uma análise exploratória do universo de NUIs levantados pela pesquisa, não se pretendendo revelar números exatos ou avaliar de forma cabal suas condições de urbanização e consolidação.

3. DESAFIOS PARA CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NO POLO RECIFE: LACUNAS NA INFORMAÇÃO E FALHAS NO COMPARTILHAMENTO DE AÇÕES

Cátia Wanderley Lubambo

O item discutirá procedimentos da pesquisa de campo em 30 municípios (metropolitanos e não-metropolitanos) do Polo Recife. Será focalizada a experiência da coleta de informações nas prefeituras municipais, tanto informações referentes à caracterização da vulnerabilidade social, quanto registros (quando existentes) relativos às ações específicas de regularização fundiária. Criticamente, este tópico tematiza o conjunto de estratégias operacionalizadas pelos agentes públicos nas prefeituras e junto a órgãos de âmbito municipal, estadual ou federal (HOOGHE; MARKS, 2003), que terminam moldando a capacidade institucional presente no município.

Explorou-se a relevância dos fatores político-institucionais na determinação daquilo que se trata recorrentemente por baixa capacidade institucional para o planejamento ou controle do uso e ocupação do solo urbano. Considerando que o levantamento e a sistematização dos dados da pesquisa dependeram tanto da percepção dos informantes sobre o tema quanto da capacidade institucional instalada nos municípios, aspectos político-institucionais constituíram o maior desafio. Serão salientadas questões como: A conexão dos setores administrativos cotidianos com padrões de cultura política facilitou ou impediu a pesquisa? Como o tipo de experiência/aprendizado institucional legado de políticas/programas anteriores influenciou no tempo ou na precisão dos levantamentos?

Também serão consideradas especificidades encontradas entre os 1230 NUIs deste Polo, apresentando-se nítidas desigualdades socioespaciais. São condições demográficas, habitacionais e de infraestrutura urbana que expressam predominância de alto grau de vulnerabilidade socioespacial e irregularidade, realidade, aliás, em nada diferenciada do já configurado padrão brasileiro de regularização fundiária urbana e exclusão social.

Diferenciação, contudo, mostrou-se conectada com perfis específicos de produção do espaço urbano-regional, espalhados entre quatro territórios demarcados analiticamente. O Núcleo Central da RMR, formado pelos municípios Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes é o locus da concentração urbana de conveniências e problemas. Na sequência, foi analisado o território Oeste da RMR – Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno - ao qual estão contíguos o município de Vitória de Sto. Antão e municípios da região de influência imediata. Esse território apresenta trajetória mais recente de ocupação urbana do Polo, marcada pela ampliação das BRs 232 e 408 e pelos investimentos implantados para o megaevento Copa 2014.

Distinguiu-se também o território norte da RMR - Itapissuma, Igarassu, Itamaracá, Araçoiaba, Abreu e Lima e Paulista, ao qual conectam-se municípios da Zona da Mata Norte – Aliança, Camutanga, Condado, Ferreiros, Itambé, Itaquitanga, Macaparana, Paudalho, São Vicente Férrer, Timbaúba e Vicência - resultante da expansão urbana a partir do Recife, localizada principalmente às margens da BR 101, em direção ao município de Goiana-PE.

Por fim, foi demarcado o Território Sul da RMR - Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca - que recebeu nas últimas décadas, efeitos da implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, tanto os derivados do crescimento econômico, quanto os advindos com o processo que se iniciou e se esvaiu, de modo acelerado.

Os contornos próprios atinentes às condições de regularidade na ocupação do solo, às tipologias predominantes nos núcleos ou à vulnerabilidade social da habitação estão distribuídos heterogeneamente entre os territórios observados e, sem dúvida, estão associados ao percurso histórico ocorrido e aos projetos locais e regionais implantados.

4. PESQUISA DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NO POLO PORTO ALEGRE: REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAL POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Heleniza Ávila Campos

Discutem-se nesta proposta os limites e as possibilidades de aplicação da política de regularização fundiária, a partir da experiência realizada na pesquisa para identificação de tipologias habitacionais e jurídicas de assentamentos informais, especificamente no Polo Porto Alegre.

O recorte espacial de investigação no Rio Grande do Sul, denominado de Polo Porto Alegre, é composto por duas regiões geográficas imediatas: a de Porto Alegre, com 23 municípios, e a de Novo Hamburgo, composta por 22 municípios. A região imediata de Porto Alegre é a mais ampla em extensão e contém maior variedade em aspectos físico-naturais, o que influencia decisivamente nas formas de ocupação e densificação da região. A área física contempla condicionantes ambientais importantes: a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí, englobando o Parque Estadual Delta do Jacuí e formando o complexo hídrico dos rios Caí, Sinos, Gravataí e Jacuí; e a área de baixa densidade da Lagoa dos Patos e do Litoral Norte, onde se encontra o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, área de proteção de aves migratórias e amostras dos ecossistemas litorâneos.

A pesquisa dedica-se à discussão sobre a área mais densamente ocupada: o corredor entre Porto Alegre e Novo Hamburgo. Esse corredor viabiliza não apenas os intensos movimentos (pendulares) metropolitanos, como atua como eixo concentrador da população urbana residente e contempla a maior parte dos aglomerados subnormais das regiões estudadas e, também, dos NUIs identificados.

Dentre os tipos de NUIs presentes no Polo Porto Alegre, dois se destacam: favela ou ocupação espontânea, e loteamento irregular ou clandestino. Como a maioria dos municípios não diferencia os tipos de NUIs em seu território, a equipe do Polo Porto Alegre realizou a diferenciação, com base em características espaciais e morfológicas. Uma das principais características dos NUIs é a prevalência de habitações dentro de um padrão popular de moradias em estágios diversos de consolidação, devido aos NUIs estabelecidos há mais de 10 anos. O elevado percentual de loteamentos irregulares e clandestinos em áreas periféricas às cidades permite-nos refletir sobre as condições de vulnerabilidade de seus moradores, sujeitos à atual lei de regularização fundiária (n. 13.465/2017). Tal lei, ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso à terra, deixa de considerar aspectos relevantes que compõem o entorno dos NUIs e as condições de vida coletiva destas populações.

Houve dificuldades na coleta de informações sobre os NUIs nos 45 municípios estudados: muitas secretarias e/ou setores municipais, que deveriam coordenar as ações sobre os NUIs, não possuíam, ou não forneciam, informações. Ou ainda, pela ausência de responsáveis pelas informações. Para a continuidade da pesquisa, é importante investigar as formas administrativas de levantamento, manuseio e controle de informações sobre os NUIs, nos setores municipais. Importa também discutir a metodologia da pesquisa, conforme realizada, suas limitações e seus possíveis usos (políticos, ideológicos, sociais e espaciais) para avançar no reconhecimento e acompanhamento da quantidade e expansão dos NUIs identificados (fotografia e/ou cenário encontrado),

permitindo atualização dos dados já registrados, mantendo os mesmos polos e municípios.

5. DESAFIOS PARA CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS DO POLO BELO HORIZONTE: O PAPEL DA ARMBH E AS DESIGUALDADES NAS CAPACIDADES ADMINISTRATIVAS DOS MUNICÍPIOS

Raquel de Mattos Viana

A apresentação discutirá os desafios e os procedimentos da pesquisa de campo em 29 municípios do polo Belo Horizonte, a maioria integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Serão apresentadas as estratégias para obtenção de informações nas prefeituras municipais e nos órgãos estaduais, em especial a Agência Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH). Serão discutidos os desafios da administração pública para conduzir políticas de regularização fundiária a partir de contextos de descontinuidade e mudanças políticas/ideológicas e a partir de uma gestão da informação deficiente.

A presença de informações sistematizadas será correlacionada com indicadores de capacidade administrativa presentes na pesquisa MUNIC do IBGE e no debate conceitual sobre capacidades estatais e administrativas (ARRETCHE et al., 2015; GOMIDE; PIRES, 2014).

A seguir, serão apresentadas as tipologias de NUIs por territórios ou vetores de expansão da RMBH, tais como delimitados por Andrade, Mendonça e Diniz (2015). Verificou-se que a maior parte dos NUIs está concentrada, respectivamente, na sede, Belo Horizonte, no Vetor Norte Central (cidades dormitórios) e no Vetor Oeste (eixo industrial), confirmando o histórico de formação da RMBH. A maior parte dos NUIs de baixa renda são loteamentos clandestinos ou irregulares e favelas/ocupações espontâneas – juntas, estas duas tipologias representam 82% do total do Polo Belo Horizonte. Chama atenção o percentual de NUIs do tipo loteamento no Vetor Sudoeste (80%) em contraposição ao percentual de favelas ou ocupações espontâneas no Vetor Oeste e em Belo Horizonte, 57% e 51%, respectivamente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre. **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

ARRETCHE, Marta; CORDEIRO, Berenice S.; FUSARO, Edgard; DIAS, Edney C.; BITTAR, Mariana. **Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional**. Brasília: Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap Secretaria Nacional de Habitação /Ministério das Cidades, 2012.

CARDOSO, Adauto L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade.; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (org.). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: Ipea, 2016, pp. 29-52.

CDHU – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO; UFABC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. FEITOSA, Flávia F. (org.) **Desenvolvimento e aplicação de metodologia para identificação, caracterização e dimensionamento de assentamentos precários**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2019. Relatório de Pesquisa.

CIGABC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. DENALDI, Rosana et al. **Diagnóstico Habitacional Regional do ABC**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2016. Relatório de Pesquisa.

FEITOSA, Flávia F.; GONÇALVES, Gilmara S.; CUNHA, Luis F. B. Aglomerados subnormais e núcleos urbanos informais: uma análise comparativa. In: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana. *Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional*. Brasília: Ipea, 2022, pp. 145-166.

GOMIDE, Alexandre A.; PIRES, Roberto R. C. **Capacidades estatais e democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.

HOOGE, Liesbet; MARKS, Gary. “Unraveling the Central State, but How? Types of Multi-Level Governance.” **American Political Science Review**. Cambridge: Cambridge University Press Vol. 97, N. 2, May 2003, pp. 233-243.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

KRAUSE, Cleandro; PETRAROLLI, Juliana; DENALDI, Rosana; CHAER, Tatiana; BOMTEMPO, Mariana; COUTO, Miriam. Identificação e caracterização dos núcleos urbanos informais nas regiões de Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Marabá e Juazeiro do Norte. In: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana. *Núcleos urbanos informais: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional*. Brasília: Ipea, 2022, pp. 83-113.

MARQUES, Eduardo (org.). **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (org.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.
